

DINÂMICAS DE PARTICIPAÇÃO JUVENIL E COESÃO SOCIAL

Uma década após a Estratégia de Desenvolvimento: Corredor de Nacala continua distante dos jovens e das comunidades do Norte

- O Governo de Moçambique aprovou, na sua última sessão do Conselho de Ministros, realizada a 11 de Novembro de 2025, a resolução que altera o artigo 2.º da Resolução n.º 44/2016, de 30 de Dezembro, que institui a Estratégia de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala (PEDEC). A decisão atribui ao Ministro que superintende a área de Planificação e Desenvolvimento as competências para coordenar as acções de implementação do instrumento, reforçando assim o papel estratégico do Corredor de Nacala como âncora do desenvolvimento do norte do país¹. Contudo, os desafios persistem: apesar do potencial do projecto, mantêm-se fracas ligações com as comunidades locais e uma reduzida integração dos jovens e dos pequenos negócios nos grandes investimentos, circunstâncias que agravam as desigualdades e tendem a ampliar as tensões sociais, colocando em causa a condição de coesão social.



¹ <https://www.rm.co.mz/governo-elimina-indemnizacoes-aos-gestores-publicos-exonerados-por-conveniencia/>



A juventude, enquanto grupo demográfico predominante na região, deve ser reconhecida como protagonista na construção de cidades resilientes e justas. A sua inclusão no planeamento urbano pode ocorrer através de espaços de participação cívica, programas de capacitação e iniciativas de empreendedorismo local, permitindo que os jovens contribuam para soluções inovadoras na gestão do espaço urbano e no fortalecimento da coesão comunitária.



O Corredor de Nacala e o seu papel estratégico

O Corredor de Nacala constitui um dos eixos de desenvolvimento mais estratégicos do país, ligando o norte de Moçambique aos mercados regionais e internacionais através do Porto de Nacala, o porto natural mais profundo da costa oriental africana. Historicamente, o corredor representou uma visão política e económica de integração territorial, concebida para dinamizar o desenvolvimento das províncias de Nampula, Niassa, Zambézia e Tete e reduzir as assimetrias regionais herdadas do período colonial¹.

Durante décadas, o corredor foi uma artéria vital para a exportação de recursos naturais, especialmente o carvão de Moatize, e para o escoamento de produtos agrícolas. No entanto, o modelo adoptado privilegiou investimentos de grande escala e sectores de capital intensivo, com reduzida absorção de mão-de-obra local. Assim, apesar de contribuir para o crescimento macroeconómico, o corredor falhou em traduzir esse progresso em melhorias tangíveis para a maioria da população², sobretudo os jovens.

Corredor de Nacala: Juventude, exclusão produtiva e desafios da inclusão económica e social no desenvolvimento do norte de Moçambique

A juventude constitui a maior força demográfica do norte de Moçambique, representando um potencial económico significativo, mas, paradoxalmente, permanece à margem dos processos produtivos e das oportunidades geradas ao longo do Corredor de Nacala³. A ausência de políticas robustas de formação técnico-profissional, o baixo nível de escolaridade e a limitada capacidade das empresas instaladas para absorver mão-de-obra qualificada têm criado um hiato profundo entre o potencial produtivo dos jovens e as exigências do mercado formal. Este descompasso impede que a juventude contribua de forma plena para o desenvolvimento local, mantendo-a em posições precárias, muitas vezes dependentes de trabalhos informais e temporários.

Como consequência desta exclusão produtiva, observa-se um crescente êxodo rural-urbano. Milhares de jovens abandonam as suas comunidades agrícolas e deslocam-se para centros urbanos como Nampula, Cuamba e Nacala-Porto, atraídos pela promessa de emprego e melhores condições de vida. No entanto, ao chegarem às cidades, deparam-se com a informalidade, o desemprego e a precariedade, encontrando-se muitas vezes em habitações improvisadas e sobrecarregando serviços

urbanos já fragilizados, como água, saneamento, transporte e saúde⁴. Este cenário evidencia um modelo de desenvolvimento que não tem sido inclusivo nem equitativo, deixando os jovens numa situação de vulnerabilidade social e económica.

A Estratégia de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala (PEDEC, 2015-2025)⁵ não conseguiu cumprir plenamente os seus objectivos devido a limitações estruturais profundas. A falta de coordenação interinstitucional, a fraca participação das comunidades nos processos de decisão e a ausência de mecanismos eficazes de monitoria e avaliação contribuíram para a frustração das expectativas locais.⁶ A retoma da estratégia em 2025, com o apoio da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), trouxe renovadas esperanças, mas também reabriu feridas históricas. Persistem dúvidas sobre a capacidade desta nova fase corrigir os erros do passado e efectivamente integrar os jovens nos processos de desenvolvimento.

A participação limitada da juventude e das comunidades locais continua a ser um dos principais factores de vulnerabilidade no Corredor. Sem mecanismos claros de inclusão, os grandes projectos podem exacerbar desigualdades existentes e gerar sentimentos de desapropriação. Nas zonas de

² <https://openjicareport.jica.go.jp/pdf/12268165.pdf>

³ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Cinco-decadas-depois-corredores-de-desenvolvimento-ainda-continuam-no-campo-das-ideias.pdf>

⁴ https://mozambique.unfpa.org/sites/default/files/pubpdf/condicoes_socioeconomicas_da_juventude_-_mario-22-06-23_0_0.pdf

⁵ https://omrmz.org/wp-content/uploads/2022/12/Movimentos_migratorios_para_areas_de_con-1.pdf

⁶ https://openjicareport.jica.go.jp/pdf/12268199_01.pdf



reassentamento, por exemplo, as famílias frequentemente perdem as suas terras e meios de subsistência sem compensações adequadas, criando focos de instabilidade, desagregação social e conflitos latentes entre deslocados e comunidades receptoras.

A coesão social é um debate importante nesta situação, assim como um dos maiores desafios associados aos grandes investimentos. No Corredor de Nacala, os reassentamentos forçados, a perda de áreas agrícolas e a degradação de ecossistemas locais têm provocado tensões constantes. Muitas intervenções foram realizadas sem planeamento rigoroso ou provisão de infra-estruturas básicas, agravando o sentimento de injustiça e abandono. A má gestão de expectativas é igualmente crítica, o

corredor, ao longo da sua história, criou promessas de prosperidade que raramente se concretizaram, especialmente para os jovens. Muitos migraram para as áreas próximas à procura de oportunidades que nunca surgiram, gerando frustração e desconfiança nas instituições.

Se as novas estratégias não incorporarem uma abordagem centrada nas pessoas, em particular na juventude, corre-se o risco de reacender descontentamentos que alimentam conflitos sociais e fragilizam a confiança nas instituições. A integração efectiva dos jovens no desenvolvimento económico e a promoção de modelos de participação comunitária são, portanto, imperativos para transformar o Corredor de Nacala num instrumento genuíno de inclusão, coesão e prosperidade para todos.

O papel das cooperativas e do empreendedorismo juvenil no desenvolvimento do Corredor de Nacala

O desemprego entre os jovens no norte de Moçambique é uma realidade persistente e um dos principais desafios para a inclusão económica e social da juventude. Integrar os jovens no modelo de desenvolvimento do Corredor de Nacala exige

soluções que vão além da mera atribuição de recursos individuais, envolvendo-os de forma estruturada em actividades económicas colectivas e sustentáveis.

Uma das estratégias mais proeminentes tem sido

a promoção de cooperativas juvenis. Experiências implementadas pelo Programa de Coesão Social, liderado pelo CDD em distritos como Angoche, Moma e Cuamba, demonstraram que o trabalho colectivo supera, em termos de impacto e continuidade, os apoios individuais. Enquanto muitos beneficiários de kits individuais enfrentaram dificuldades para manter as suas iniciativas, as cooperativas mostraram maior resiliência, coesão e sustentabilidade⁷.

Um exemplo concreto é a cooperativa de Chiúre, na província de Cabo Delgado, especializada na produção de uniformes escolares e materiais têxteis. Esta experiência evidencia que os jovens podem participar indirectamente nos grandes projectos do corredor através de pequenas indústrias locais, prestação de serviços e fornecimento de bens, multiplicando o efeito económico das iniciativas de maior escala.

Além do impacto económico, a organização em cooperativas fortalece valores essenciais como solidariedade, reciprocidade e responsabilidade comunitária. Ao promover o trabalho colectivo, estas

estruturas não apenas facilitam o empoderamento económico e social, mas também reforçam o tecido social e a coesão comunitária, elementos cruciais em contextos rurais.

A sustentabilidade das iniciativas juvenis depende, no entanto, de financiamento adequado acompanhado de formação contínua, assistência técnica e mecanismos de monitoria. Experiências no norte de Moçambique mostram que os financiamentos individuais frequentemente sofrem com dispersão de recursos, uso inadequado de fundos e falta de acompanhamento, tornando as iniciativas frágeis e de curta duração. Em contraste, o financiamento colectivo, através de cooperativas, associações ou centros juvenis, tende a gerar resultados mais consistentes e com impacto duradouro na comunidade.

Portanto, o empoderamento juvenil não deve ser entendido apenas como acesso a capital, mas como um processo integrado de capacitação, organização e cidadania activa, permitindo que os jovens se tornem agentes de desenvolvimento, contribuindo directamente para o crescimento económico e a coesão social no Corredor de Nacala.

O desafio da urbanização e o ordenamento territorial no Corredor de Nacala

O desenvolvimento do Corredor de Nacala tem impulsionado uma urbanização acelerada e, muitas vezes, desordenada, colocando desafios significativos para o ordenamento territorial. A expansão de áreas industriais, comerciais e habitacionais, aliada ao fluxo contínuo de migrantes em busca de oportunidades económicas, exerce uma pressão intensa sobre os serviços urbanos, como abastecimento de água, energia, saneamento e transporte. Como resultado, muitas cidades e vilas enfrentam dificuldades em acompanhar o crescimento populacional, originando bairros informais, precariedade habitacional e degradação ambiental, que podem comprometer a qualidade de vida das comunidades e a sustentabilidade do desenvolvimento local.

Para que a urbanização não se transforme num factor de instabilidade, é essencial que as autoridades locais disponham de instrumentos de planeamento urbano inclusivos, integrados e participa-

tivos, capazes de orientar o crescimento de forma ordenada e sustentável. Isso implica não apenas o desenho de políticas públicas eficientes, mas também a sua implementação com base na participação activa da população, garantindo que as decisões reflectam as necessidades e prioridades das comunidades locais.

A juventude, enquanto grupo demográfico predominante na região, deve ser reconhecida como protagonista na construção de cidades resilientes e justas. A sua inclusão no planeamento urbano pode ocorrer através de espaços de participação cívica, programas de capacitação e iniciativas de empreendedorismo local, permitindo que os jovens contribuam para soluções inovadoras na gestão do espaço urbano e no fortalecimento da coesão comunitária.

O papel da sociedade civil é igualmente determinante neste processo. Organizações comunitárias, associações juvenis e cooperativas podem actuar

⁷ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2025/11/Caminhos-para-o-Desenvolvimento-Local-Sustentavel-em-Mocambique-.pdf>

como mediadores entre a população e as autoridades, promovendo a monitoria cidadã, a educação ambiental e a defesa de direitos urbanos. A sua participação garante que o desenvolvimento urbano

não seja apenas orientado por critérios económicos, mas que incorpore também dimensões sociais e ambientais, fortalecendo a justiça territorial e a sustentabilidade das cidades.

Recomendações principais:

1. **Participação juvenil efectiva** – Integrar representantes juvenis nos processos de planificação e monitoria dos projectos do corredor.
2. **Promoção de cooperativas e incubadoras locais** – Apoiar financeiramente e tecnicamente iniciativas colectivas de jovens e mulheres, com foco em cadeias de valor locais.
3. **Formação técnico-profissional** – Reforçar a rede de institutos técnicos e programas de estágio nos sectores logístico, agrícola e industrial.
4. **Gestão responsável dos reassentamentos** – Garantir transparência, compensações justas e condições dignas às comunidades afectadas.
5. **Governança inclusiva e descentralizada** – Estabelecer mecanismos permanentes de diálogo entre governos locais, sociedade civil e juventude.
6. **Gestão de expectativas e comunicação pública** – Implementar campanhas de informação e diálogo comunitário sobre as oportunidades e limitações reais do corredor.



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

